

DESTAQUES **CNJ EM** **NÚMEROS** 2018

O Conselho presta contas

Esta é a primeira publicação com dados sobre as atividades do Conselho Nacional de Justiça

■ O CNJ, que já publica dados estatísticos sobre as atividades do Supremo Tribunal Federal (Supremo em Ação) e da Justiça em geral (Justiça em Números), lança seu primeiro relatório sobre suas próprias atividades. O “CNJ em Números” completa a série dos anuários estatísticos produzidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ (DPJ).

■ O “CNJ em Números 2018” apresenta estatísticas processuais, informações sobre recursos humanos e despesas do CNJ.

■ Por se tratar do exemplar inaugural de uma série histórica, a publicação retrata as principais características de atuação do Conselho em 2017 e estende a pesquisa dos seus dados mais significativos aos últimos 11 anos.

Principais números (ano-base 2017)

Movimentação Processual

Casos novos: **10.146**

Competência correicional: **9.087**

Competência administrativa e financeira: **1.059**

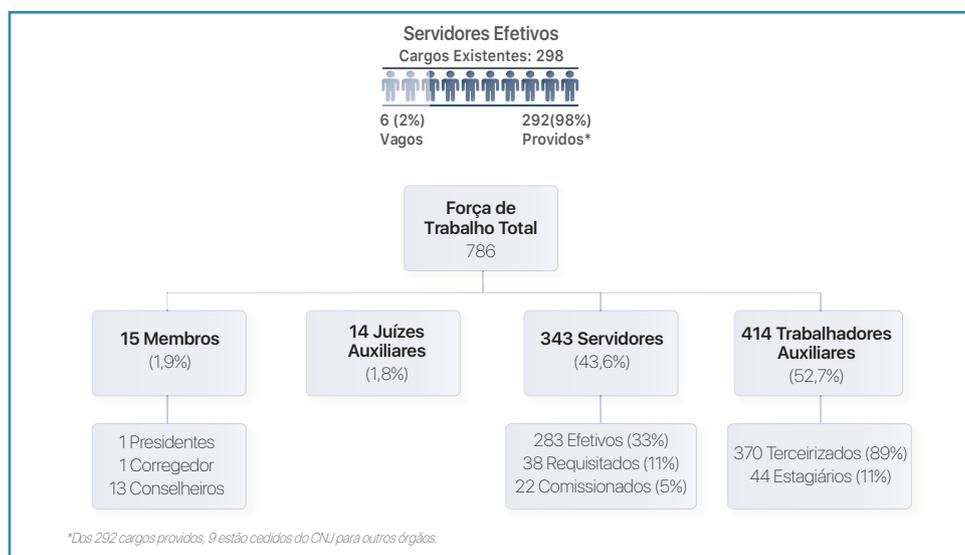
Baixados: **10.288**

Estoque final: **3.856**

Recursos Financeiros e Humanos

- Em 2017, a despesa total do CNJ foi de R\$ 124.847.546,00, 28,7% menor em comparação a 2016.
- Da despesa total, R\$ 101,8 milhões foram destinados a gastos com recursos humanos (81,6%) e R\$ 23 milhões a despesas correntes e de capital (18,4%).

Força de Trabalho



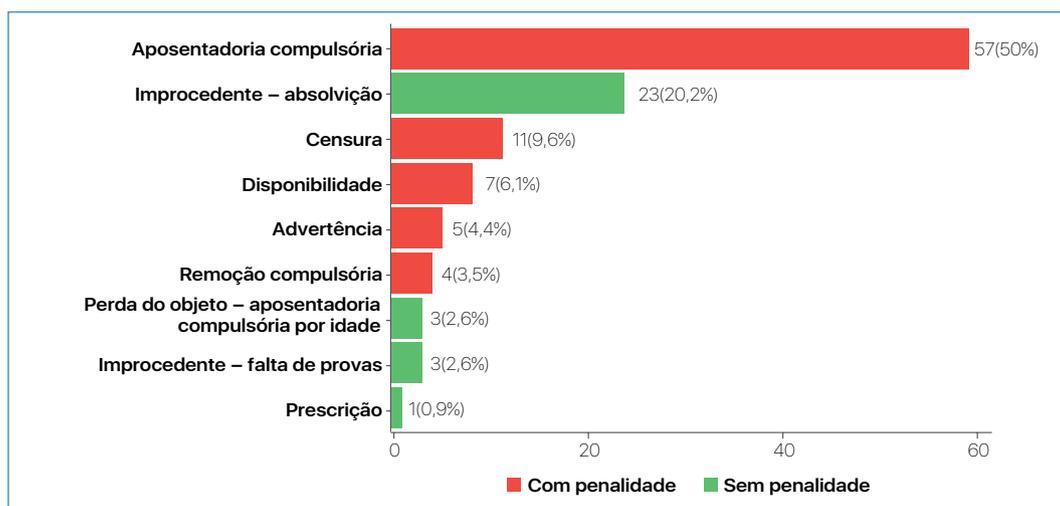
Produtividade dos Conselheiros

O CNJ em Números registra os indicadores de produtividade dos conselheiros desde 2007. O maior índice em média (686 processos baixados por membro do Conselho) ocorreu em 2017.

Atividade correicional

- Dos 69.543 processos que tramitaram no CNJ entre 2007 e 2017, 54.077 (77,8%) referiram-se a processos correicionais.
- Quanto aos assuntos vinculados aos processos correicionais, a atividade da magistratura aparece como o mais frequente (48%).
- Predominaram as representações por excesso de prazo contra magistrados (48,5%), seguidas dos pedidos de providências de competência da Corregedoria (30,3%) e as reclamações disciplinares (19,5%).
- A grande maioria das decisões (98,56%) foi de arquivamento definitivo do processo. O Regimento Interno do CNJ prevê arquivamento sumário de requerimentos que se mostrem prescritos, manifestamente improcedentes ou ininteligíveis.
- Entre 2007 e 2017, foram instaurados no CNJ 118 Processos Administrativos Disciplinares (PADs) contra 121 magistrados.
- No período, foram julgados 114 PADs, com 84 casos de aplicação de penalidade ao magistrado

Resultados dos julgamentos dos PADs, de 2007 a 2017



Controle da atuação administrativa e financeira

Dos 69.543 processos tramitados no CNJ entre 2007 e 2017, 15.466 (22,2%) referem-se a processos relacionados à supervisão da atividade administrativa e financeira dos demais órgãos do Poder Judiciário ou como formulador de políticas judiciárias veiculadas em atos normativos de sua competência.

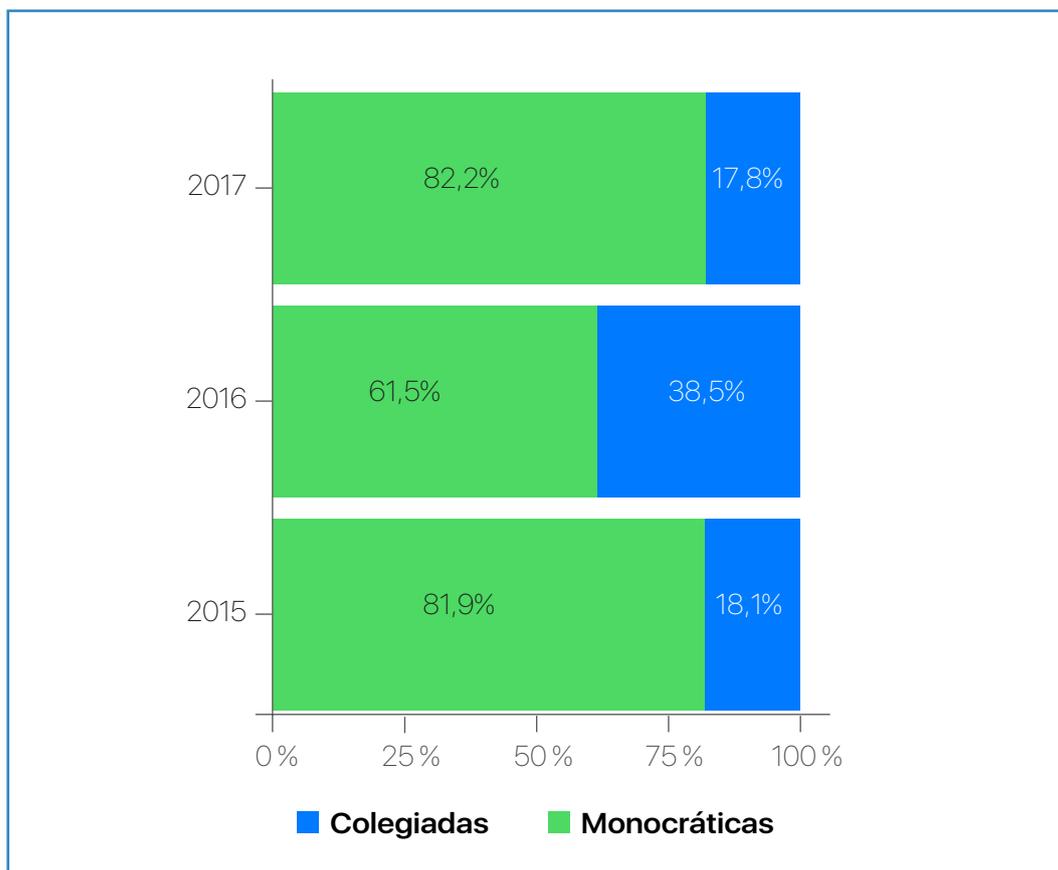
Atos normativos do CNJ

Total de atos que instituem políticas ou tratam da atuação do Poder Judiciário em esfera nacional: 342

Atos por situação atual		Atos por tipo publicado	
Vigentes:	243	Resolução:	233
Alterados:	49	Resolução conjunta:	6
Revogados:	47	Recomendação:	52
Sem efeito/Suspensão:	3	Enunciado administrativo:	18
		Portaria:	30
		Portaria conjunta:	2
		Portaria interinstitucional:	1

Fonte: Relatório CNJ em Números 2018, Departamento de Pesquisas Judiciárias/CNJ

Maioria das decisões terminativas nos processos administrativos entre 2015 e 2017 foi monocrática.



Em 2017, os principais demandantes nos procedimentos relacionados à competência administrativa e financeira foram pessoas físicas, pessoas jurídicas, órgãos do Judiciário e entidades sindicais.

Planejamento e ação estratégica

A existência de um sistema de estatística estruturado permite ao CNJ a elaboração de diagnóstico e de ações estratégicas voltadas à solução de problemas detectados.

Simultaneamente, ao longo de sua história, o CNJ tem atuado na formulação de políticas judiciárias em iniciativas, projetos e esforços institucionais. Seguem alguns exemplos.

- Banco Nacional de Mandatos de Prisão (BNMP).
- Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP).
- Sistema de Audiências de Custódia (SISTAC).
- Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes.
- Cadastro Nacional de Adolescente em Conflito com a Lei (CNACL).
- Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA).
- Cadastro Nacional de Adoção (CNA).
- Desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico (PJe).
- Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios.
- Sistemas on line de atualização constante: “Justiça Aqui”, “Supremo em Ação” e “CNJ em Números”.

Informação em tempo real

O relatório é acompanhado do aplicativo “CNJ em Números”, que possibilita, de forma inédita, o acompanhamento da movimentação processual do órgão de acordo com o fluxo processual de cada um de seus membros, com detalhamento dos processos.

O aplicativo, disponível nos serviços de distribuição digital Apple e Play Store, apresenta aos usuários informações em tempo real da movimentação processual do CNJ, incluindo os processos com tramitação em 2018.



